

**E-JOVEM: UM PROJETO
EDUCACIONAL EM TIC
VOLTADO PARA A
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E
INCLUSÃO SÓCIO-DIGITAL
DE JOVENS DO ESTADO DO
CEARÁ**

Autores:

Sydneia de O. Brito -
Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**Antonio Germano
Magalhães Junior** -
Doutor em Educação –
Universidade Federal do
Ceará - UFC

Resumo

O presente artigo realiza uma apreciação a respeito da trajetória do Projeto e-Jovem como ação governamental de qualificação profissional e digital de jovens das escolas públicas do Estado do Ceará. De caráter exploratório, a pesquisa baseia-se na observação de dados sobre os aspectos políticos e técnico-pedagógicos relacionados ao e-Jovem. As fontes de pesquisa foram documentos oficiais do Projeto e-Jovem, tais como: Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso, Estrutura Didático-Pedagógica, Análise do Perfil socioeconômico do participante do e-Jovem, além dos relatórios de Avaliação de Impacto dos Projetos Financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e da prestação de contas realizados pelo fundo de financiamento do e-Jovem. A pesquisa conclui que o Projeto e-Jovem vem desenvolvendo com sucesso a qualificação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) de seus alunos, entendendo que o acesso e a utilização das novas tecnologias e suas ferramentas são essenciais para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, para efetivar a inclusão sócio-digital, é necessário articular a capacitação profissional com políticas públicas de emprego, de forma a contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas dos jovens cearenses e para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Palavras-Chave: Qualificação profissional. Inclusão Sócio-digital. Juventude.

Abstract

This paper performs an appreciation about the trajectory of the Project e-Jovem as governmental action of professional and digital qualification of young people from public schools in the state of Ceará. Exploratory, the research is based on the observation data on political, technical and pedagogical issues related to e-Jovem. Research sources were official documents of Project e-Jovem, such as: Project Political, Course Plan, Structure Didactic-Pedagogical Analysis of the socioeconomic profile of the participant's e-Jovem and the report of the Impact Assessment of Projects Funded by State Fund to Combat Poverty (FECOP) and accountability held by financing fund of e-Jovem. The research concludes that the Project e-Jovem has been developing successfully the qualification in Information and Communication Technologies (ICTs) to their students, understanding that access to and use of new technologies and tools are essential for the integration of young people in the labor market. However, to effect social and digital inclusion, it is necessary to combine professional training with public employment policies in order to contribute to the improvement of the socioeconomic conditions of young people of Ceará and building a fairer and more equal society.

Keywords: Professional qualification. Social and digital inclusion. Youth.

Introdução

Do ponto de vista metodológico, esta artigo realiza uma pesquisa exploratória, com base em informações obtidas em fontes bibliográficas e documentais sobre o Projeto e-Jovem, tais como: o Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso, Estrutura Didático-Pedagógica, Análise do Perfil socioeconômico do participante do e-Jovem, além dos relatórios de Avaliação de Impacto dos Projetos Financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e da prestação de contas realizados pelo fundo de financiamento do e-Jovem. E tem como questionamento norteador da pesquisa a seguinte pergunta: De que maneira o Projeto e-Jovem se desenvolve como proposta de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital para a juventude cearense?

A decisão de estudar o Projeto e-Jovem surgiu da inquietação em compreender a realidade de políticas públicas que ele abrange: a inclusão digital e a qualificação profissional da juventude, tudo isso se valendo de um olhar científico e reflexivo.

A escolha do tema da pesquisa explica-se por mais dois motivos: O primeiro vem do fato de ter exercido, durante três anos e quatro meses, a função de supervisora educacional do e-Jovem, um projeto de educação profissional voltado para a juventude e por acreditar que é possível mudar a realidade social desses jovens através desta ação governamental que também objetiva contribuir para o incremento do desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará. Ademais, vivenciando como o e-Jovem situa-se no cenário da qualificação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação, isso facilitou a viabilidade do estudo em termos de coleta de dados.

A segunda motivação para a pesquisa foi buscar dar visibilidade ao Projeto e-Jovem no âmbito acadêmico e também endossar a discussão a respeito das políticas públicas de qualificação profissional – verificando as mudanças no mundo do trabalho por conta das inovações tecnológicas – e de inclusão digital para a juventude como fatores de efetiva inclusão sócio-digital da juventude cearense.

As novas tecnologias estão conferindo constantes mudanças na atualidade, com destaque ao crescimento da informática , e vêm auxiliando o processo produtivo. Com o desenvolvimento dos métodos digitais na sociedade capitalista, a partir da segunda metade do século XX, essas transformações alteraram a produção, a circulação e a oferta de serviços e produtos, além das próprias relações de mercado de trabalho.

O mercado de trabalho atual cada vez mais competitivo exige dos sujeitos uma melhor qualificação e aprimoramento profissional. Com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) , tornou-se necessária a utilização das mesmas para administrar o fluxo das informações e otimizar os processos. Por isso, saber como utilizá-las constitui um grande diferencial no mercado de trabalho, tanto para quem deseja ingressar quanto para quem deseja permanecer neste mercado.

Mais do que uma ferramenta tecnológica, a internet tornou-se distribuidora do poder da informação, ou seja, quem não se conecta à ela, sujeita-se a ficar à margem do sistema de rede global. Significa dizer que existe uma divisão binária de poder entre aqueles que detêm a norma e aqueles que se encontram à margem da norma estabelecida.

Moreira (2005) destaca que as tecnologias digitais derivaram duas vertentes: uma é o campo da expansão de socializações e de novas possibilidades, que traz muitos avanços, o que contribui para o crescimento da democracia e para a mobilização social; já a outra vertente tem a face do analfabetismo e da exclusão digital.

Assim, utilizando o conceito de poder de Foucault (1984), o acesso à informação pode ser compreendido como instrumento de poder que denota relações de força, assimetrias e tensões socioeconômicas entre os diferentes estratos da sociedade.

O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, ou uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. (FOUCAULT, 1984, p.14).

O avanço das tecnologias digitais também tem exaltado as características assimétricas e excludentes do processo econômico globalizado, principalmente para uma parcela da sociedade brasileira que constitui a força de trabalho que está buscando seu espaço no mercado de trabalho: a juventude.

A juventude carece de aprendizagem digital e merece atenção quanto a sua qualificação tecnológica. Por isso é urgente a qualificação de indivíduos que estejam aptos a trabalhar com as novas tecnologias, logo é preciso desenvolver e estimular ações que promovam a inclusão digital como forma de acesso ao mercado de trabalho.

A inclusão digital para a juventude aparece um desafio determinante para o desenvolvimento econômico, político e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ademais, deve-se insistir na necessidade de que essas políticas públicas de inclusão digital sejam acopladas a programas também abrangentes de incremento na qualidade das políticas educacionais, de tal forma que a questão cognitiva possa ser mais bem apreendida no contexto da ampliação das políticas públicas de inclusão digital [...] (MATTOS; CHAGAS, 2008, p.85).

A educação constitui uma parceira importante para o fomento da inclusão digital, por isso, vislumbra-se na educação uma saída para a transformação social através do conhecimento, assim, uma importante iniciativa de capacitação profissional e inclusão digital pode ser proporcionada pela escola, utilizando os recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas educativas que denotam um meio de profissionalização, fonte de realização pessoal

e uma forma de socialização, uma vez que através delas, os sujeitos passam a compartilhar informações e a agregar conhecimentos.

Diante do panorama que envolve as políticas públicas de inclusão digital e de qualificação profissional para a juventude, pode-se destacar no Estado do Ceará uma iniciativa da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) que, desde 2007, empreende formação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com ênfase no ensino da informática e do Software Livre para jovens alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual: é o Projeto e-Jovem.

JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIOLÓGICA

A juventude é, sobretudo, uma categoria construída socialmente, baseada na conjuntura de circunstâncias particulares – sejam elas sociais, econômicas ou políticas – que variam de acordo com cada sociedade. É também uma “categoria sujeita”, pois tem a capacidade dinâmica de se modificar com o passar dos tempos. (PAIS, 1990).

Compreender a juventude como uma categoria sociológica significa levar em conta a polissemia dos fatores históricos, socioeconômicos e culturais existentes, muito além do que uma fase da vida. Sendo assim, os jovens devem ser percebidos como sujeitos ligados aos seus contextos históricos e que, portanto, sofrem as mudanças de seu tempo.

É preciso compreender que a categoria sociológica “juventude” encerra intrinsecamente uma tensão que não se resolve: ela é ao mesmo tempo um momento no ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais, e modos de inserção na estrutura social. (SPOSITO, 2003, p.10).

Integrar a juventude ao processo democrático do país requer conhecer as especificidades e as demandas das juventudes como ferramentas essenciais para o planejamento e a implementação das políticas públicas. Leão (2004) assinala que compreender a juventude como “sujeito de direitos” implica na apropriação efetiva de direitos através da realização de políticas públicas, para isso, é preciso que os jovens assumam o papel de protagonistas dessas políticas.

As políticas públicas que afetam (ou deveriam afetar) a vida (e os direitos) de diferentes segmentos juvenis estão sob a responsabilidade de diferentes ministérios, secretarias e outros organismos governamentais. Assim sendo, está posto o desafio de fazer que os mandatários e técnicos dos diferentes ministérios compartilhem concepções semelhantes sobre a atual condição juvenil e se orientem por um mesmo objetivo para formular e implantar políticas voltadas para este segmento etário. (NOVAES, 2009, p. 20).

Por isso, existe a necessidade de buscar nas políticas públicas estratégias que forneçam subsídios para a participação e o empoderamento real da juventude, fatores que consistem na constituição da cidadania plena, na participação política, na garantia de direitos e na concessão de oportunidades para as juventudes.

É preciso perceber as relações de poder que são entrelaçadas e reverberadas através dos discursos institucionalizados, como é o caso do discurso que mostra a juventude como uma camada considerada “frágil” da sociedade, por exemplo. Foucault (1984) acredita que esses discursos possuem influência direta na subjetividade dos indivíduos e nos desdobramentos sociais significativos, pois move a dinâmica da “máquina social”.

De acordo com Secchi (2010), a razão de ser de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema de relevância coletiva. No caso das políticas governamentais, elas possuem elaboração e estabelecimento advindos majoritariamente por parte dos atores governamentais, uma vez que o Estado possui a centralidade legítima de estabelecer políticas públicas emanadas pelos órgãos Legislativo, Executivo e Judiciário.

Por isso, devido ao aumento do número de jovens no Brasil e compreendendo que essa parcela social é estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do país, mas que é também o grupo mais afetado pelas desigualdades, constitui tarefa das políticas públicas oferecer capacitação profissional e inclusão digital aos jovens.

Dentro do contexto de política governamental de inclusão digital atrelada à formação profissional para a juventude, pode-se destacar no estado do Ceará uma

iniciativa da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) que vem empreendendo qualificação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aliada à formação continuada voltada para o exercício da cidadania e para a inclusão social para jovens alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual: é o Projeto e-Jovem.

Observações Acerca do Projeto e-Jovem como uma Interface das Políticas Públicas de Qualificação Profissional e de Inclusão Sócio-Digital para a Juventude no Ceará

O Projeto e-Jovem¹, criado em 2007, é uma ação do governo estadual do Ceará, executada pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), que oferece formação semipresencial em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para alunos concluintes do ensino médio e egressos da rede pública estadual de ensino, utilizando Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs).

A SEDUC desenvolveu o projeto na forma de estudos complementares que suprem lacunas de formação na educação básica ao mesmo tempo em que promovem uma qualificação técnico-profissional. Seu intuito é criar novas possibilidades para os estudantes egressos do ensino médio regular, proporcionando formação cognitiva e profissional e, com isso, maiores chances de inserção no mercado de trabalho. (TAHIM; SANTOS, 2012, p.2).

Deste modo, o Projeto vem oportunizando aos jovens uma nova perspectiva de futuro através de uma formação técnico-profissionalizante na área de informática, o que acaba auxiliando na inserção no mercado de trabalho, no desenvolvimento da economia local, além de fomentar a inclusão digital.

Além dos fatores participação e cidadania, um outro aspecto que caracteriza e pode auxiliar no desenvolvimento de ações de protagonismo juvenil é o uso das tecnologias digitais. Estas podem ser vistas como ferramentas onde o jovem possa ajudar no processo de expressão, desenvolvimento e registro das idéias dos jovens, assim como permite sua maior participação em esforços locais e

globais, fazendo com que haja um compartilhamento de idéias com outros jovens e adultos, auxiliando no processo para que eles se tornem cidadãos do mundo. (LIMA, 2005, p. 64).

O curso abrange 1.280 horas/aula, possuindo a duração total de 1 ano e 6 meses e é dividido em dois módulos com metodologia semipresencial de educação a distância (EAD), esta, por sua vez, vem “modificando todas as formas de ensinar e aprender, inclusive as presenciais [...] flexibilizando a necessidade de presença física, reorganizando os espaços e tempos, as mídias, as linguagens e os processos.” (MORAN, 2002, p.1).

A certificação é expedida pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), em parceria com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), com carga horária de 400 horas/aula. Os critérios para certificação são: 75% de frequência no curso (no mínimo), ter atingido média mínima de seis (6,0) nas avaliações de cada disciplina e ter realizado todos os trabalhos propostos, sejam estes individuais ou em grupo. (CEARÁ, 2013a).

Em ambos os módulos, as aulas têm duração de 4 horas em encontros semanais nos laboratórios de informática das instituições de ensino credenciadas ao Projeto. Os alunos interagem com um educador (no módulo 1) e com um instrutor (no módulo 2) em sala de aula como agente facilitador da aprendizagem e todos os conteúdos e materiais de apoio são dispostos em ambientes de aprendizagem Moodle, isso porque:

Com a implementação da plataforma de aprendizagem do projeto no sistema Moodle, o projeto concretiza sua filosofia do uso de softwares livres, cujo código-fonte é disponibilizado para permitir o uso, a cópia, o estudo e a redistribuição. No mais, por se tratar de uma (sic) software livre, não há custos para sua utilização, sem falar que a equipe que forma o projeto tem toda autonomia para sua reestruturação, inserção de conteúdos, ajustes, relatórios, acompanhamento e administração do conteúdo de maneira geral, além de ser desenvolvida pelo próprio projeto com conteúdo licenciado em “Criative Commons”, ou seja, licença livre para distribuição de conteúdos. (CEARÁ, 2013a, p. 38).

No módulo 1 (MDI) – com carga horária de 400 h/aula e duração de 6 meses – são enfatizadas a qualificação social e a inclusão digital. São reforçadas as linguagens básicas, distribuídas em conteúdos vistos no ensino médio, como informática básica com ênfase no *Software* Livre (Sistema Operacional Linux), inglês instrumental e conteúdos transversais de português, matemática e raciocínio lógico.

É iniciado no módulo 1 o contato dos jovens com o mundo do trabalho, reforçando o empreendedorismo, a empregabilidade e a prática para a realização de projetos sociais com o conteúdo de Preparação para o Trabalho e Práticas Sociais – PTPS.

É importante aproveitarmos a oportunidade para relatarmos os projetos sociais que os alunos do e-Jovem são convidados a desenvolverem a partir da disciplina de Preparação para o Trabalho e Prática Social – PTPS, do módulo I, como atividade integradora junto à comunidade local, no sentido de desenvolverem projetos nas mais diversas áreas, sejam elas de cunho socioeconômicos, ambiental, direitos humanos, gênero, inclusão social de minorias, ou desenvolvimentos de trabalhos de conscientização social, dentre outros. Projetos esses que são desenvolvidos pelos próprios alunos, geralmente com a orientação de algum especialista da respectiva área trabalhada, na qual os alunos desenvolvem um plano de ação, com objetivos, ações, orçamento, parcerias e outros aspectos estruturantes. (CEARÁ, 2013b, p. 34).

O módulo 2 (MDII) oferece durante 1 ano e com carga horária de 880 h/aula, formação profissionalizante em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), através dos conteúdos: *Software* Livre, Suporte a *Hardware* e Redes, Criação e Manipulação de Imagens, Desenvolvimento *Web*, *Java Script*, Banco de dados, Sistema de Gerenciamento de Conteúdo, Inglês Técnico e Empregabilidade/Empreendedorismo, este em parceria com o SEBRAE (Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas do Ceará). Ademais, os alunos são contemplados com bolsas de estágio com duração de seis meses, na tentativa de pôr em prática os conhecimentos adquiridos.

O estágio, de 400 horas, possibilitará aos educandos o desenvolvimento das potencialidades individuais, incentivando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. Ele, também diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento. (CEARÁ, 2013a, p. 36).

Como objetivo geral, o e-Jovem busca oferecer formação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação e Empreendedorismo integrada aos conteúdos do ensino médio. Dentre seus objetivos específicos, o Projeto visa, no módulo1:

**Oferecer formação de característica tecnológica e profissional que possibilite a qualificação do jovem nas áreas de informática, observando as políticas de softwares livres;*

**Proporcionar aos educandos oportunidade de complementação da formação escolar e desenvolvimento de suas potencialidades;*

**Desenvolver projetos de empreendedorismo social, nas comunidades e escolas inseridas, criando uma cultura de responsabilidade social. (CEARÁ, 2012, p. 8).*

Já no módulo 2, o Projeto e-Jovem objetiva:

**Assegurar a capacitação técnica e profissional, dinâmica e atualizada, despertando o interesse pela profissão;*

**Fornecer embasamento necessário à versatilidade para auto adaptação às mudanças que venham a ocorrer durante o desempenho de suas atividades profissionais, devido às constantes transformações do mercado e à evolução das Tecnologias de Informação;*

**Capacitar o discente para o domínio de ferramentas computacionais que envolvam hardware, redes de computadores e segurança da informação, visando desenvolver atividades de manutenção preventiva e corretiva, administração de sistema operacional, planejamento e execução de um projeto de redes de computadores;*

**Capacitar o discente em suas atividades com o desenvolvimento web permitindo conhecimento técnico para poder criar e gerenciar sites de maneira simples e prática;*

**Capacitar o discente a conhecer recursos das linguagens gráficas e competências necessárias à criação e produção de projetos gráficos, além de aplicar na prática os conceitos de banco de dados, transações e aplicações cliente-servidor, entre outros;*

**Capacitar o discente para a elaboração e execução de planos estratégicos e táticos de aplicação da TI;*

**Capacitar o discente a conduzir projetos, programas e atividades de aplicação da tecnologia da informação com qualidade e segurança, tais como: comércio eletrônico e gestão do conhecimento;*

**Desenvolver raciocínio crítico, analítico e lógico que possa ser utilizado na formulação de soluções para problemas práticos e reais do mercado de trabalho;*

**Estimular os discentes para a fundamentação de uma visão empreendedora que possa produzir, entre outros objetivos, a geração de novas possibilidades de trabalho e, conseqüentemente, de renda. (Idem, p. 17-18).*

O e-Jovem foi implementado em setembro de 2007 com 12 turmas distribuídas nas escolas da rede estadual de ensino, atendendo um público de aproximadamente 200 alunos em cinco cidades cearenses: Aracoiaba, Fortaleza, Horizonte, Sobral e Tauá. Sendo cada turma composta pelo número de alunos equivalente ao dobro do número de computadores existentes no laboratório de informática reservado ao Projeto. As aulas contavam com conteúdos de Matemática, Inglês Instrumental, Português, Informática básica e Projetos Sociais.

No ano de 2008, o Projeto expandiu sua oferta para 21 turmas, onde foram atendidos 3.000 alunos em 28 cidades cearenses. Para melhorar o aproveitamento da aprendizagem, a quantidade de alunos passou a corresponder ao número de computadores nos laboratórios de informática. Na intenção de tornar jovens profissionais desenvolvedores de *softwares*, utilizando somente a linguagem de programação Java, o e-Jovem formou nove turmas de Módulo 2.

Em 2009, o e-Jovem atendeu 5.000 alunos, dando oportunidade para jovens de 50 cidades cearenses. Também houve a reestruturação nos conteúdos

ministrados, a ampliação da carga horária e na grade do curso no Módulo 2. No mesmo ano, o Projeto foi validado como programa de aprendizagem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)², o que possibilitou uma maior inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Entre 2010 e 2011, o e-Jovem esteve distribuído em 169 escolas de 68 municípios. Já no ciclo de 2012 e 2013, o Projeto abrangeu 217 escolas em 105 municípios. Desde então, o Projeto vem oportunizando aos jovens uma nova perspectiva de futuro através da qualificação profissional em TIC, inclusão digital e auxiliando no desenvolvimento da economia local. Assim sendo, o Projeto já qualificou mais de 15.000 mil alunos, em 160 escolas e instituições (incluindo o Hospital de Saúde Mental de Messejana e o Instituto Cearense de Educação de Surdos), distribuídos em 105 municípios cearenses. (CEARÁ, 2013b).

Atualmente o e-Jovem foi ampliado para a rede municipal de ensino de Fortaleza, para turmas do 8º e 9º anos do ensino fundamental. Quatorze turmas foram iniciadas em maio de 2014, com carga horária dividida em três meses e quinze dias, totalizando 170h/aula e com conteúdos envolvendo informática básica e educação empreendedora.

A conjuntura de mudanças nos processos produtivos e de novas exigências do mercado de trabalho exigiu um reordenamento entre a educação formal e a qualificação profissional, isto é, a articulação entre o saber geral e a atuação para o mercado de trabalho foi um condicionante para a formulação das políticas governamentais.

Ainda no debate entre educação e qualificação profissional, deve-se levar em consideração os aspectos anteriormente levantados, que dizem respeito à inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho. Em um mercado onde cada vez se exige melhor qualificação e os empregos formais ficam cada vez mais escassos, a educação ganha importância enquanto mecanismo garantidor de sucesso profissional. (CARMO, 2003, p. 34).

Como uma política governamental, o e-Jovem é uma das políticas governamentais pelo Plano Plurianual (PPA) de 2008-2011³ na gestão do governador Cid Ferreira Gomes. Especificamente, dentro do PPA 2008-2011, as ações governamentais voltadas para a juventude ressaltando sua inserção produtiva podem ser vistas com mais ênfase no eixo Sociedade Justa e Solidária, na área de atuação denominada Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar. Já a Inclusão Digital, encontra-se na área de Atuação: Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. (CEARÁ, 2007). Além de ser um dos 152 projetos com suas ações financiadas pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

Como uma política pública estadual, o e-Jovem insere-se na proposta de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional voltada para a preparação da juventude cearense para o mercado de trabalho. Assim, o Projeto e-Jovem foi planejado segundo a seguinte perspectiva:

Qual a idéia do E-Jovem? Cada ano você pega jovens que saem da escola pública e não têm nada pra fazer, são candidatos a serem marginais. Chame-os para uma coisa que gostam de fazer e ganhem dinheiro. A idéia é colocá-los em contato, principalmente, com duas linguagens que todo filho de gente rica tem, inglês e informática. O E-Jovem vai preparar uma base de 200 mil jovens. Nem todos têm competência para ser programador, mas com inglês e informática aumenta-se a empregabilidade de qualquer pessoa. (OLIVEIRA, 2008).

O e-Jovem é executado pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) em consonância com a proposta federal do Programa Brasil Profissionalizado, numa tentativa de integrar o trabalho à educação.

Em nível estadual, o Governo do Estado do Ceará tem entre suas políticas públicas a articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, sinalizando para a consolidação de uma Proposta Pedagógica que leve em consideração a preparação básica para o trabalho, oferecendo possibilidades aos jovens estudantes de construir competências laborais para o exercício profissional. (CEARÁ, 2013a, p. 41-42).

Aliado à qualificação profissional, o e-Jovem também busca promover a inclusão digital ao conferir acesso ao estudo da informática básica (no Módulo 1) e da informática avançada (no Módulo 2), além de estimular o uso das novas tecnologias como forma de acesso ao mundo do trabalho.

De acordo com um de seus idealizadores, o professor Mauro Oliveira, o e-Jovem surgiu da necessidade de universalizar a cultura digital no Ceará e de fornecer mão de obra para o crescente cenário de uso das novas tecnologias que vinha se desenhando na conjuntura cearense de desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento do Cinturão Digital e a abertura de mercado *opensource*⁴, por exemplo.

O acesso à educação dos jovens, com foco na área de TIC, oferece uma autonomia para buscar meios de inserção no mundo de trabalho. Assim, os educandos vivenciam processos que os permitirá uma nova oportunidade de crescimento profissional, melhoria do desempenho dos indicadores educacionais e qualificação profissional. (CEARÁ, 2013a, p. 7).

Vale destacar que o Cinturão Digital ainda encontra-se em fase de implementação nas escolas estaduais o que acaba dificultando o acesso às novas tecnologias nestes espaços. Além disso, os laboratórios de informática de algumas escolas enfrentam problemas estruturais, como a precariedade ou falta de computadores. Estes fatos acabam influenciando na aplicabilidade do Projeto e-Jovem nas escolas, como foi observado por Fontenele (2013, p. 88):

Outros problemas evidenciados a partir do que foi observado nesta pesquisa guardam relação com duas situações específicas dos laboratórios de informática das escolas. Uma delas é que muitas escolas ainda estão utilizando nesses ambientes os mesmos computadores que utilizavam em 2007. A outra situação, que inviabiliza ainda mais o bom andamento do e-Jovem, refere-se à qualidade da internet disponibilizada nas escolas, sendo inadequada e lenta para o padrão esperado. Ambas as situações impossibilitam, em diversas ocasiões, a execução de alguns programas e aplicativos, além de comprometerem as atividades propostas nas plataformas educacionais. Mais

uma vez, destaco que esse problema é outro fatos (sic) que compromete a boa formação dos alunos atendidos pelo projeto.

O relatório de avaliação de impacto de projetos financiados pelo FECOP (CEARÁ, 2013c) – embora não discorra a respeito da inclusão digital – afirma que o Projeto e-Jovem auxilia no desenvolvimento do capital humano, ampliando os conhecimentos dos alunos e as suas chances de inserção no mercado. Porém, ainda possui baixa relevância no quesito de melhoria da qualidade de vida dos jovens atendidos.

Os indicadores quantitativos e qualitativos apontam que o objetivo principal que é o da qualificação profissional, vem sendo atingido. No entanto, não foram observados impactos significativos nos demais índices [...] uma vez que a melhoria da qualidade de vida dos jovens envolve outras políticas como saúde, educação, habitação, dentre outras, as quais fogem ao escopo do projeto. (CEARÁ, 2013c, p. 23-24).

É importante notar que conceder somente a qualificação profissional, de maneira isolada, não garante a ocupação e a redução significativa das taxas de desemprego para os jovens. Também foi detectado que, embora o Projeto e-Jovem venha incentivando a empregabilidade via concessão de bolsas de estágio para os alunos do módulo 2, ele não garante a absorção dos alunos formados no mercado de trabalho em TICs ou a sua verdadeira inserção após os seis meses de duração da bolsa-estágio.

Por esse motivo, afirma Gonzalez (2009), a eficácia das políticas públicas de qualificação profissional é questionável, pois é necessária a constante criação de postos de trabalho para absorver essa parcela jovem qualificada e assim diminuir o seu problema de acesso ao trabalho. Também é preciso verificar de que maneira as empresas absorverão essa parcela qualificada e se garantirão efetivamente uma melhor remuneração.

A proposta de qualificar jovens para o mundo do trabalho e contribuir para a superação da vulnerabilidade social da comunidade é um dos desafios das políticas públicas do Ceará com o apoio do FECOP. Portanto, para que o trabalho

seja considerado impactante no sentido dos objetivos maiores do Fundo é importante que os resultados caminhem em direção não só do combate à pobreza, mas também do que a OIT considera como trabalho decente: a experiência deve contribuir para a criação de empregos, ampliação da proteção social, respeito aos direitos trabalhistas e existência de espaços e mecanismos de diálogo social que envolva governos, empregadores e trabalhadores. (FROTA; SILVA, 2013, p.318). Concordando com Andrade (2010), faz-se necessária a integração da educação profissional às políticas de emprego e renda para a juventude cearense com o intuito de promover mudanças significativas na sociedade. A qualificação empreendida pelo Projeto e-Jovem pode auxiliar a juventude cearense no acesso ao emprego, colaborar na inclusão social dos jovens cearenses, gerar renda, além de desenvolver o Estado economicamente somente se for articulada com outras políticas públicas que preconizem a absorção dessa mão de obra qualificada.

Considerações Finais

O Projeto e-Jovem leva em conta a compreensão das políticas públicas em duas vertentes: a de inclusão digital e de políticas educacionais para a juventude com ênfase na qualificação profissional juvenil. Por esse motivo ele pode ser visto como uma política governamental que busca enfrentar os processos de exclusão digital e social, bem como promover a qualificação profissional de pessoas na faixa etária de 16 a 29 anos e garantir a sua inserção no mundo do trabalho, de maneira participativa e cidadã.

Pode-se inferir que o Projeto e-Jovem caracteriza-se como uma política governamental que trabalha com aspectos do Programa federal Brasil Profissionalizado ao integrar a qualificação profissional ao ensino médio e com o Cinturão Digital, pois atua como uma iniciativa estadual de inclusão digital. Ou seja, o e-Jovem tece uma correlação entre a oferta de formação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o trabalhador jovem – percebendo o uso das novas tecnologias uma exigência da “Sociedade da Informação” – com a oportunidade de inclusão digital, porém precisa de ajustes.

O maior desafio para a continuidade do Projeto e-Jovem como uma política governamental de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital dos jovens cearenses é promover a necessária articulação com outras políticas públicas de juventude – principalmente a política pública relacionada à geração de emprego e renda – de forma a contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas dos jovens cearenses e para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

No entanto, para se destacar como uma efetiva ação governamental de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital, além da articulação com outras políticas públicas de juventude, o Projeto e-Jovem também deve aplicar medidas corretivas ou de aperfeiçoamento para os próximos ciclos baseando-se em avaliações permanentes – além do relatório de prestação de contas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) que é realizado periodicamente – para mensurar a atuação do Projeto e-Jovem a cada ciclo, desenvolvendo uma pesquisa sobre a trajetória pós-curso dos jovens atendidos pelo Projeto (em que área eles estão empregados, por exemplo) e uma análise sobre a metodologia de realização do curso, se a mesma está sendo satisfatória ou não, além de divulgar seus resultados para o seu público, equipe de colaboradores e instituições parceiras.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Participação e direitos: como a juventude brasileira está se tornando sujeito. Revista Onda Jovem, São Paulo, n.5, p. 34-37, jul./out. 2006. Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/pt-br/fiqueDentro/Publicaes/ed05_Onda_Jovem_Direitos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 5 e 6, p. 25-36, mai./dez. 1997. Disponível em: <http://portal_anped.verkn.com.br/rbe/edicoes/numeros-antecedentes>. Acesso em: 04 abr. 2014.

AFONSO, Carlos A. Políticas Públicas e Inclusão Digital. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2006. São Paulo, 2007, p. 47-53. Disponível em:

< <http://www.cgi.br/publicacao/politicas-publicas-e-inclusao-digital/48>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

AMARAL, Marcelo Parreira do; WALTHER, Andreas. Juventude, educação e trabalho: teorizando a regulação de trajetórias educacionais e a transição escola-trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). Trabalho e formação profissional: juventudes em transição. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p. 15-35.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. Políticas Públicas para a Educação Profissional no Brasil – as bases e os caminhos da reforma e da contra-reforma. O público e o privado, Fortaleza, v. 5, p. 177-190, jan./jun. 2005.

_____. A Política de Educação Profissional no Brasil e no Ceará: O desafio da articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional. In: CONGRESSO IBERO-LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2010, Lisboa (PT); Cáceres (ES). Cadernos ANPAE. Niterói: ANPAE, 2010. p.1-11. Disponível em: < www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/40.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

AQUINO, Luseni. A Juventude como foco das Políticas Públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009. p. 25- 39. Disponível em: <

http://www.redligare.org/IMG/pdf/juventude_politicas_sociais_brasil.pdf>

Acesso em: 12 abr. 2014.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Brasília, v.1, n.1, p. 46-53, jun. 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011. 116p. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude-2003-2011>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. 36p. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BERGER FILHO, Ruy Leite. Educação Profissional no Brasil: novos rumos. *Revista Iberoamericana de Educación, La Rioja*, n. 20, p. 87-106, maio./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie20a03.PDF>>. Acesso em: 02 maio. 2014.

BEZERRA, Júlio César Cavalcante. *Ei!Jovem: Rede Social Educacional Colaborativa para Professores e Alunos*. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Computação Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2012.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. Políticas Brasileiras de Educação e Informática. 2000. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~bonilla/politicas.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

CARMO, Frederico César do. Educação e Qualificação Profissional: Uma discussão junto aos egressos do PLANFOR em MG. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1063/1/tese.pdf>>. Acesso em: 02 maio. 2014.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. Resenha de: ALVES, Ana Paula Andrade. [disponível no site de Resenhas Educativas]. Universidade do Minho: Braga, Portugal, 2006. Disponível em: <<http://www.edrev.info/reviews/revp49.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas-políticas de/para/com juventude. Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas, v.19, n.2, p.19-46, 2002. Disponível em: <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/311/pdf_292>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.redligare.org/IMG/pdf/juventude_politicas_sociais_brasil.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014

CAVALHEIRO, Maria Eloísa; JUCHEM, Dionise Magna. Políticas Públicas: Uma análise mais apurada sobre Governança e Governabilidade. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 1, n.1, p. 1-11, jul. 2009.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. Plano Plurianual (PPA 2008-2011). Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/planejamento/plano-plurianual-ppa->>. Acesso em: 26 abr. 2014

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Relatório de acompanhamento do desempenho Swap II missão do Banco Mundial 14 – 17 de dezembro de 2009. Fortaleza: IPECE, 2009. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/reunioes/relatorio_de_acompanhamento_II.pdf> Acesso em: 03 jun. 2014.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado. Estrutura Didático-Pedagógica Projeto e-Jovem. Fortaleza: SEDUC, 2009. Disponível em: <http://www.ed.net.br/ejovemce2010/portalNovo/formularios/apoio/arquivos/apoio_5176_propostapedagogica2010.pdf>. Acesso em 03 jun. 2014.

_____. Plano de Curso Projeto e-Jovem. Fortaleza: SEDUC, 2012.

_____. Projeto Político-Pedagógico Projeto e-Jovem. Fortaleza: SEDUC, 2013a.

_____. Análise da variação do perfil socioeconômico do participante do e-Jovem: antes e depois do curso. Fortaleza: SEDUC, 2013b.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão. Avaliação de Impacto dos Projetos Financiados pelo FECOP. Fortaleza: SEPLAG, 2013c. Disponível em:

<<http://fecop.seplag.ce.gov.br/downloads/fecop-1/Relatorio-de-Avaliacao-de-Projetos-2013.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão. Prestação de Contas e Relatório de Desempenho do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. Fortaleza: SEPLAG, 2013d. Disponível em: < <http://fecop.seplag.ce.gov.br/relatorios/relatorio-desempenho-2-semester-2013.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

FONTENELE, Paulo Sérgio. O Projeto E-Jovem no Estado do Ceará: perspectivas, análise e desafios. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2010-paulo-sergio-fontenele.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Trad. Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andréa Luz da. Qualificação de jovens para o trabalho: uma experiência de combate à pobreza. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). Trabalho e formação profissional: juventudes em transição. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p.311-332.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de Emprego para jovens: Entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil.

Brasília: IPEA, 2009. p. 109- 128. Disponível em: <http://www.redligare.org/IMG/pdf/juventude_politicas_sociais_brasil.pdf> . Acesso em: 09 jul. 2014.

GROPPO, Luís Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Revista de Educação do Cogeime, São Paulo, n. 25, p. 9- 22, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

HOLANDA, Mauricio; OLIVEIRA, Mauro. Projeto e-Jovem: Termo de Referência. Fortaleza: SEDUC, 2008. Disponível em: <<http://amaurooliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-projeto-e-jovem-termo-de-referencia.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Pedagogia da cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/pedagogia-da-cidadania-tutelada-lapidar-corpos-e-mentes-uma-analise-de-um-programa-federal-de-inclusao-social-para-jovens-pobres/wppa_open/>. Acesso em: 24 jun. 2014.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. trad.de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Ana Maria Moraes de Albuquerque. Inclusão Digital e Protagonismo Juvenil: Um estudo em dois centros de Tecnologia comunitária. 2005. Dissertação. Mestrado (Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1026>. Acesso em: 11 ago. 2013.

MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). Trabalho e formação profissional: juventudes em transição. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*. v. 13, n.1, jan/abr, 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/view/30>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

MORAN, José Manuel. A educação a distância como opção estratégica. 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/estrategica.html>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

MOREIRA, Renato Ângelo de Almeida. O Florescer da Rosa Digital: Perspectivas para a formação da cidadania digital em um estudo sobre a escola de Informática e Cidadania (Fortaleza - CE). Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2008.

Disponível em: <http://www.uece.br/politicaseuece/index.php/arquivos/doc_view/84-renatoangelo1?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 25 ago. 2012.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Prefácio. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009. p. 15- 22.

OLIVEIRA, Antonio Mauro B. Algo melhor que a Refinaria. *Jornal O POVO*. Fortaleza, 06 jul. 2008. Páginas Azuis. 2008. Entrevista concedida a Demitri Túlio e Cláudio Ribeiro. Disponível em: <

http://www.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2008/07/06/noticiasjornalpagina_sazuis,802283/algo-melhor-que-a-refinaria.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2014.

OLIVEIRA, Hérica Queiroz. Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação e Inclusão sócio-digital: uma avaliação do Programa de Informática na Educação – PROINFO em Fortaleza. 2011. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/A_construcao_sociologica_da_juventude_0.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2014.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Karine Pinheiro de. Políticas de Inclusão Digital e suas repercussões no Estado do Ceará. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp119046.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

TAHIM, Demetrius Oliveira; SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. Considerações sobre o Projeto e-Jovem (SEDUC/CE) a partir dos conceitos de broadcast e interatividade. In: SIED/EnPED. Simpósio Internacional de Educação a Distância/ Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. 2012, São Paulo, Anais... São Paulo: UFSCar, 2012. p. 1-14. Disponível em: <<http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/218-1021-1-ED.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2014.